

Parecer relativo à Conserva do sítio das Alagoas Brancas no concelho de Lagoa

A ZERO tendo em conta a solicitação que nos foi remetida com vista a darmos a nossa posição relativamente à audição com carácter de urgência sobre a importância da conservação do sítio designado por Alagoas Brancas, situado no concelho de Lagoa, no Algarve, remete aqui a sua posição.

O SÍTIO DAS ALAGOAS BRANCAS

O sítio das Alagoas Brancas corresponde a uma zona inundável, de carácter sazonal situada imediatamente a sul da cidade de Lagoa, numa área onde, mercê das características geológicas e pedológicas existiram no passado zonas húmidas de maior extensão, que também estiveram na origem, da denominação desta povoação.

Toda a área foi pouco a pouco a pouco sendo utilizada para fins agrícolas e mais recentemente por virtude da expansão urbana tendo sido também ocupada por edifícios, vias rodoviárias e estruturas de diverso tipo.

Daí acabou por resultar a sua inclusão no âmbito do Plano Diretor Municipal de Lagoa (PDM) no Plano de Urbanização (PU) de Lagoa, e a partir daí foi alvo de processos de licenciamento, que incluíam espaços comerciais, que depois deram origem à contestação que agora tem lugar por parte de movimentos locais e diversas ONGA.

Apesar de estarem integradas no PU de Lagoa na verdade a partir de 2008 a área tem sido visitada por ornitólogos e constatou-se que a mesma se tornou área de refúgio, alimentação e pernoita de inúmeras espécies nomeadamente de grande número de espécies da nossa avifauna.

Para o melhor conhecimento da realidade dessa área em termos ambientais foi promovido pela associação Almargem - Associação de Defesa do Património Natural e Cultural do Algarve o projeto VALORIZAÇÃO DAS ZONAS HÚMIDAS DO ALGARVE, no âmbito do qual foi produzido um estudo sobre esta área disponível em:

http://almargem.org/site/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=362:alagoas-brancas&id=18:2019-06-03-09-30-01&Itemid=107

AS ZONAS HÚMIDAS EM PORTUGAL E A SUA IMPORTÂNCIA

A ZERO tem demonstrado a sua preocupação face ao estado de conservação dos habitats naturais e seminaturais relacionados com as zonas húmidas e perante as perspetivas de degradação adicional a que estão sujeitas pelo incremento da pressão humana ligada à utilização dos territórios onde as mesmas se inserem.

De salientar que as zonas húmidas e os aquíferos - neste caso intimamente ligados à existência das Alagoas Brancas - são decisivos na regulação do ciclo hidrológico, pois não só ajudam a conter as inundações, através dos processos de infiltração, mas também reduzem a energia das cheias após os picos de precipitação.

São também “reservatórios” de biodiversidade, já que abrigam milhares de espécies animais e vegetais e são autênticas infraestruturas ecológicas, fornecedoras de serviços de ecossistema (benefícios) às comunidades humanas, nomeadamente regulação climática, proteção costeira, alimentos (e.g. as zonas húmidas, como os sapais e os pauis constituem “nurseries” ou viveiros de muitas espécies com elevado valor económico), bem como a maior parte da água que consumimos, em quantidade e em qualidade.

zero.

Ainda que estes habitats estejam protegidos por legislação, dados recentes comunicados pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas à Comissão Europeia (no âmbito do Relatório dos Estados Membros sobre o estado de conservação de espécies e de habitats referente ao período 2013-2018) mostram que 77% dos habitats relacionados com as zonas húmidas de Portugal e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Portugal possui somente 1,8% do seu território ocupado por zonas húmidas e que apenas 31 Sítios foram designados para integrar a Convenção de Ramsar (1), totalizando cerca de 132.487 hectares, ou seja, 79% do total das zonas húmidas existentes em Portugal (2).

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS - UM NOVO DESAFIO

As alterações climáticas vêm agora acrescer novos desafios sobre as zonas húmidas, nomeadamente as de água doce. As mais recentes projeções climáticas apontam para o agravamento das tendências já observadas atualmente em Portugal e com especial relevo no Algarve, nomeadamente ao nível do aumento da temperatura média anual e diminuição da precipitação média anual. Esta situação com impactos ao nível social e económico, é também muito grave ao nível ecológico com reflexo nos ecossistemas em geral e nas zonas húmidas em particular.

Os recentes períodos de seca que se têm vivido na região também nos demonstram que há que ter em conta uma adequada gestão dos aquíferos, uma vez que a maior parte das zonas húmidas estão muito dependentes das massas de água subterrâneas.

A água, a alimentação e a energia são variáveis de uma equação, cuja solução representa um dos grandes desafios da sustentabilidade neste século, devendo as zonas húmidas ser parte integrante do planeamento e gestão criteriosos dos recursos hídricos por parte das autoridades públicas.

O FUTURO DAS ALAGOAS BRANCAS

Face estes pressupostos, a ZERO considera que num momento de particular gravidade em termos desde alterações climáticas e tendo em conta os objetivos de promoção da biodiversidade a que Portugal se comprometeu a nível nacional e internacional. incluindo a Estratégia Europeia para a Biodiversidade 2030 com a qual se visa a proteção e até o incremento das áreas protegidas em toda a UE, alargando “as zonas da rede Natura 2000 atuais e garantindo uma proteção estrita às zonas com elevado valor em termos climáticos e de biodiversidade, não faz sentido continuarmos a destruir as zonas húmidas que ainda existem, nomeadamente na região Algarvia.

Sendo as zonas húmidas de água doce raras no contexto algarvio, é necessário que estes espaços sejam conservados, situação que felizmente tem tido desenvolvimento positivo noutros concelhos da região. Para tal é necessário encontrar mecanismos que ao abrigo da legislação, incluindo a permuta de terrenos, possam resultar numa solução para ultrapassar os constrangimentos formais decorrentes do estatuto da área em termos do PDM e dos licenciamentos entretanto emitidos, com deslocalização dos projetos de construção previstos para as Alagoas Brancas para outros locais do concelho de Lagoa.

Não podemos compreender que uma área onde existe um aquífero tenha em termos de PDM uma classificação que não tem em conta esta circunstância, o que pode levar ao risco futuro de inundações. Por outro lado, não podemos esquecer que houve uma alteração das condições do conhecimento sobre este espaço, pois desde a definição do estatuto desta área em termos de ordenamento no PDM de Lagoa como área de expansão urbana já decorreram alguns anos e, entretanto, verificou-se que a mesma tem importância para a conservação da natureza.

zero.

Mais ainda, é necessário notar que se esta área, apesar de muito alterada por aterros e resíduos ainda tem o valor natural que se constata neste momento, se a mesma for sujeita a intervenção e renaturalização tal pode potenciar as condições para o incremento da biodiversidade aí presente. Ao mesmo tempo esta será uma forma de manter umas das marcas da identidade histórica deste território e constituir também mais um ponto de interesse para quem visita a cidade de Lagoa.

3 de abril de 2023

A Direção da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável

(1) A Convenção sobre Zonas Húmidas constitui um Tratado intergovernamental adotado em 2 de fevereiro de 1971 na Cidade Iraniana de Ramsar. Por esse motivo, esta Convenção é geralmente conhecida como “Convenção de Ramsar” e representa o primeiro dos Tratados globais sobre conservação. A Convenção entrou em vigor em 1975 e conta atualmente com 150 Países Contratantes em todos os Continentes. Atualmente, foram designados pelas Partes Contratantes cerca de 1.600 Sítios de importância internacional, cobrindo cerca de 134 milhões de hectares de Zonas Húmidas. (Fonte: ICNF)

(2) Tendo por base os dados do Corine Land Cover 2006.